



MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

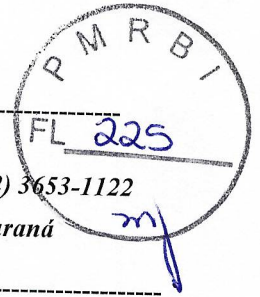
- Centro

- Telefax (0**42) 3653-1122

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

- Paraná



PARECER TÉCNICO-JURÍDICO OPINATIVO

Trata o presente de solicitação da Comissão de Licitação para análise do presente procedimento licitatório, visando opinar sobre a homologação e adjudicação, em virtude do resultado apresentado no julgamento da Concorrência nº. 3/2023-PMRBI.

A licitação em apreço tramitou e foi decidida com a observância dos procedimentos do artigo 43, incisos I, III, IV e V, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

O objeto da presente licitação corresponde à escolha da proposta mais vantajosa para a seleção de proposta objetivando a CONCESSÃO DE USO a título oneroso de instalações de imóveis públicos.

Transcorrido a fase de julgamento dos documentos de habilitação, foram habilitadas as empresas EDERSON BOVAROLI – MEI, ANDREIA FABIAN DE OLIVEIRA – MEI, ROSELI DE FÁTIMA KRUCIELSKI NOGUEIRA – MEI, ELIENAI PEDRO OLIVEIRA – MEI e EVIDIELE DOS SANTOS – MEI.

A comissão de licitação classificou as propostas de preços de acordo com o critério de julgamento de maior oferta declarando vencedoras as proponentes abaixo relacionadas.

Lote 01 – Box 03 - EDERSON BOVAROLI - MEI – Valor Mensal de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais); e,

Lote 02 – Box 04 - EVIDIELE DOS SANTOS – MEI – Valor Mensal de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

Não houve interposição de recurso em nenhuma das fases do certame.

A legislação reformulou em profundidade o disciplinamento dos atos de homologação e de adjudicação do objeto ao vencedor do procedimento.

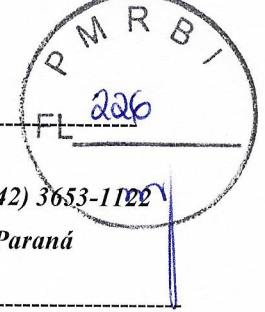
Homologação é a confirmação, o aceite ou o endosso que a autoridade competente apõe ao processo licitatório



MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



como até então efetuado, se com ele concorde. Se não concordar com algum ato praticado ao qual, a autoridade não homologa o procedimento, devolvendo-o para refazimento. A autoridade que homologa não refaz ato algum do certame, mas manda que quem o praticou irregularmente o refaça, conforme a exata repartição das atribuições que a Lei n.º 8.666/93 estabelece, o artigo 6.º, XVI, combinado com o artigo 43, VII, e nenhuma outra mais.

Ao homologar a licitação, nesse caso, o Prefeito assume a responsabilidade pelo trabalho que a Comissão de Licitação lhe apresentou, como quem avaliza ou endossa um título.

Adjudicação, por sua vez, é o ato de atribuição ou consignação do objeto ao vencedor da licitação; nada tem propriamente, portanto, com o julgamento em si, pois não faz parte dele. Pode existir julgamento sem adjudicação, já que são atos inteiramente distintos: o julgamento dá a ordem de classificação (primeiro classificado, segundo, até o último) e está terminado; caso a Administração deseje manter a licitação, adjudicará depois o objeto ao primeiro classificado, podendo, entretanto, nunca o fazer, deixando esgotar-se o prazo de validade das propostas e simplesmente arquivando o procedimento. Ou pode fundadamente revogar a licitação, na forma do artigo 49, após o julgamento das propostas, sem jamais ter adjudicado o objeto ao vencedor. Se o adjudicar, naturalmente será ao vencedor, mas a isso não está obrigada.

Apenas a partir da prática desses atos de adjudicação do vencedor e homologação da licitação estará autorizada a Administração a contratar (adquirir), para tanto convocando à empresa adjudicatária.

Pelo Exposto e salvo melhor juízo, entende este Procurador Jurídico, através desta declaração técnica opinativa que o procedimento licitatório – Concorrência n.º 3/2023-PMRBI, atende aos requisitos previstos na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, portanto, podendo assim ser homologado e adjudicado.



MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

-

Centro

-

Telefax (0**42) 3653-1122

85340-000

-

Rio Bonito do Iguaçu

-

Paraná



É o parecer, salvo melhor juízo.

Rio Bonito do Iguaçu, 23 de novembro de 2023.

RICARDO CORSO
Procurador Municipal
OAB/PR 50.287